

Melo e Castro e a sua política evocados na Assembleia Nacional

Como referimos no último número, publicamos hoje as partes mais importantes da intervenção do deputado professor Miller Guerra. As suas palavras, pronunciadas como homenagem à memória do dr. José Guilherme Melo e Castro, não foram, felizmente, simples tropos oratórios. O prof. Miller Guerra julgou que, inventariar a acção de Melo e Castro como governante e realçar o papel importante, embora sem continuidade na renovação política do país, quando dirigiu a campanha eleitoral de 1969, era a melhor homenagem ao espírito esclarecido do dr. Melo e Castro.

A Assembleia Nacional conheceu, nesta legislatura, deputados, ouviu intervenções e assistiu a esforços de renovação, sobretudo, através de homens que Melo e Castro convenceram a servir o país, em momento difícil e em moldes que pareciam garantir uma participação activa no início de novo projecto da sociedade portuguesa.

«Depois da homenagem que o sr. Presidente da Assembleia Nacional e o deputado Albino Reis prestaram à memória do Dr. José Guilherme de Melo e Castro, talvez as palavras que vou proferir se dispensassem.

Porém, a amizade que me ligo ao Dr. Melo e Castro durante quarenta anos, o apreço em que tinha as suas qualidades de homem e de político, a influência que em mim exerceu na resolução de me candidatar a deputado, a convivência assídua que mantivemos no período eleitoral de 1969, tudo isso e o desejo de manifestar publicamente os meus sentimentos para com esta figura nacional, tudo isso, repito, impeliu-me a descrever perante V. Ex.ª, senhor Presidente e senhores deputados, alguns aspectos do espírito, da obra e da vida do meu grande e inesquecível amigo.

Retratar uma personalidade rica e multiforme, não é para as minhas forças. Por isso, restrinjo-me a dois aspectos da actividade do Dr. Melo e Castro que me parecem de maior relevância: a Saúde e Assistência Social, outro ao seu papel de dirigente da União Nacional.

O interesse pela política social revelou-se muito antes de ascender ao cargo de subsecretário de Estado da Assistência, em 1954. Logo nas primeiras intervenções na Assembleia, ocupou-se da saúde pública, da assistência e da previdência social, havendo sido relator da Comissão parlamentar de Trabalho, Assistência e Previdência.

O ponto para que pretendo chamar a atenção sobressai na sua intervenção de 1950, ao comentar «o plano geral da organização hospitalar», mag foi nos anos seguintes, designadamente como subsecretário de Estado, que deu rigor às suas concepções dos serviços médicos, hospitalares e médico-sociais. Com a convicção e a tenacidade que punha em tudo quanto lhe parecia útil e justo, defendeu a coordenação da Saúde com a Previdência, como os factos impunham e a lógica pedia. Durante os quatro anos de governo não se cansou de tentar persuadir quem tinha o poder de decisão e de comando, das vantagens de tal medida. Conquistou numerosos adeptos, médicos, administradores, professores universitários, alguns homens públicos, mas os detentores do poder, resistiram pertinazmente e, como é de esperar, venceram.

Em 1961, novamente na Assembleia Nacional, volta ao assunto, afirmando que o nosso ser social, «contra evidências de ordem económica e técnica, funciona descoordenado da assistência, o que acentua a ineficácia do sistema geral de protecção social, encarece os seus custos no que respeita à protecção sanitária e não permite que os serviços desta cheguem a ser definidos com coerência».

Não se limitou a apontar o erro, indicou também o remédio que consistia na criação de um departamento governamental responsável por toda a política e toda a administração da saúde, rematando com a observação que resumia o estado dos serviços médico-sanitários: «Nem temos medicina livre, nem temos medicina organizada, nem articulação coerente de uma e outra; temos mal-estar dos médicos a generalizar-se e temos também mal-estar contra os médicos».

Assim caracterizou o Dr. Melo e Castro a situação de 1961.

Quem havia de dizer que este juízo sombrio, com poucas modificações, se aplicava perfeitamente à situação de 1972?

O Ministério da Saúde, prossegue o Dr. Melo e Castro, tal como foi criado, não corresponde às necessidades citadas: «Do que foram dados novos meios de acção que não tivesse o extinto subsecretariado. Não foi estabelecido, superior a ele e ao Ministério das Corporações, um dispositivo de articulação entre a assistência e a previdência — que devia ser um Ministério de coordenação dos assuntos sociais».

«Tardamente, muito tardiamente, estabeleceu-se em 1970 a coordenação dos Ministérios das Corporações e da Saúde, nomeando um Ministro das Corporações e Saúde, o que corresponde, em parte, mas só em parte, às ideias do Dr. Melo e Castro. A solução, porém, é imperfeita e foi adoptada fora de tempo. O que há hoje não era uma medida justa e relativamente fácil de executar, encontra agora obstáculos enormes. A Previdência desenvolveu-se, fortificou-se, isto é, tornou-se um organismo pujante. Os hospitais não progrediram; pelo contrário, os hospitais centrais têm decaído».

Parece que a fórmula de coordenação vigente, não resolve as dificuldades de hoje, embora tivesse podido resolver as do passado. Presentemente é de crer que seja preciso procurar outro modo de corrigir o mau funcionamento dos dois importantes sectores da Administração Pública.

Entretanto, continuamos a esperar — até quando?

Da acção do Dr. Melo e Castro na presidência e, depois, na vice-presidência da Comissão Executiva da União Nacional, direi pouco, apenas o bastante para relembra um notabilíssimo passo da sua vida que a fraca memória dos homens pouco esquecer.

Era seu costume dividir o regime salazarista em três períodos: o primeiro, que ele hiperbolicamente chamava heroico, ia até à guerra de Espanha; o segundo de consolidação, até à guerra mundial; o terceiro, denominado da «estagnação».

Não importa de momento discutir este modo de ver, somente

aludo a ele porque ajuda a explicar a biografia política do Dr. Melo e Castro que foi partidário fervoroso do Dr. Salazar durante muito tempo e admirador desalentado na última dezena de anos.

A inércia dos negócios públicos, designadamente no campo da Educação e da Saúde, a falta de impulso e de crença funda no regimentado rigor despropositado da censura e do aparelho repressivo, minaram a confiança do Dr. Melo e Castro nas virtualidades de um governo autoritário, pouco capaz de resolver os problemas nacionais. A comparação com os povos que progredem mantendo as liberdades públicas, abalavam-lhe a cada passo as antigas certezas.»

Preocupava-o sobretudo a sucessão do Dr. Salazar e, como tantos outros, cuidava que o regime findaria com o Presidente do Conselho. Em 1966, nesta Casa e nesta sala, proferiu um discurso que incomodou a falange integralista, no qual indicava a necessidade de «refeitor os mecanismos da governação — políticos e administrativos — de modo que o País possa progredir à medida do tempo presente»; e, logo a seguir, precisava o seu pensamento, aludindo à necessidade de uma vida política representativa, à participação do maior número nas tarefas do Governo, que a todos dizem respeito.

Em tais circunstâncias e lugar, não era possível ir mais longe. Toda a gente entendeu, mas a maioria dirigente não gostou.

De então para cá a atitude do Dr. Melo e Castro conservou-se a mesma, depositando cada vez mais esperanças no termo do longo — do demasiado longo — governo do Dr. Salazar, embora mantivesse até ao fim da vida o respeito e a admiração pelo governante que considerava politicamente extinto.

Eis porque saudou a mudança do Governo em 1968, que ele esperava fosse também do regime ou, pelo menos, que preparasse condições para isso. O seu desejo era que uma nova vida começasse, uma vida política europeia, como ele dizia.

Quase todos os deputados da presente legislatura sentiram, directa ou indirectamente a influência do Dr. Melo e Castro que atingiu o auge no período eleitoral de 1969. Não é preciso historiar os acontecimentos dessa época inquietada na nossa estreita vida pública. Viu-se então como entusiasmo e o brilho de um homem dinamiza e dá sentido às ideias, às aspirações e às vontades que andavam dispersas, esperando por um aceno. Ao marasmo político sucedeu — por bem pouco tempo, infelizmente — o fervilhar das iniciativas em torno da ideia nuclear de liberalização. A um horizonte fechado, a uma sociedade bloqueada a uma ideologia velha apontava-se (finalmente!) a saída e o alvô.

«É a terminar: «De certo que a liberalização de per si era um programa insuficiente, mas era o passo indispensável para acudir os obstáculos que frenavam a evolução para um regime respeitador das liberdades e das instituições democráticas».

Porém, os factos foram demonstrando que a decantada liberalização era ilusória, que gradualmente as tendências anti-evolutivas pensavam, ilantiquando a corrente liberalizado-

ra. A censura à palavra oral e escrita e à imagem; o antigo e insuportável autoritarismo; a fascinação do passado, sepultaram os anseios criadores suscitados pela mudança de Governo. Valeu a pena tanta cansaia para chegar a este resultado? O Dr. Melo e Castro dizia que sim, porque se manifestaram tendências que jaziam abafadas porque se libertaram energias adormecidas, porque se abriu o caminho à iniciativa política, porque se clarificaram algumas posições. Porque, acrescentamos nós, se demonstrou a incapacidade do regime de se reformar politicamente.»

DIALOGO

Enquanto o professor Miller Guerra usava da palavra (na parte final do seu discurso em que se referia ao esboço de liberalização do regime) pediu para intervir o deputado Casal Ribeiro, intervenção que deu margem ao seguinte diálogo:

— Casal Ribeiro: Eu realmente não fazia tenção de intervir, porque V. Ex.ª está a prestar homenagem a um colega nosso que faleceu, e que toda e gente, todos os colegas nossos, seja qual for a sua forma de pensamento lamentam, porque era uma pessoa que realmente serviu o País, em várias circunstâncias e, consequentemente, digno de todo o respeito e de toda a consideração — e até saudade; mesmo até por parte daqueles que não tinham, como no caso de V. Ex.ª, laços de amizade.

Mas parece-me, apesar de não querer prologar demasiadamente a minha intervenção, que V. Ex.ª está a aproveitar uma circunstância de luto para a Assembleia Nacional, para fazer uma série de afirmações que realmente mereceriam uma resposta diferente daquela que eu estou dando.

Portanto, faço tenção de responder a V. Ex.ª, o mais breve possível. Queria em todo o caso, dizer isto:

V. Ex.ª falou no falso conceito de liberdade. E eu pergunto o seguinte: V. Ex.ª quer mais liberdade do que aquela que nós vivemos neste momento, quando se permite, por exemplo, a saída de um livro ignóbil, chamado «Dinossauros Excelentíssimos»?

V. Ex.ª quer mais liberdade do que aquela que se passa por exemplo, em Moçambique, quando se publica um livro de um advogado muito conhecido naquela província em guerra, em que se fazem afirmações ofensivas à dignidade do Sr. Presidente do Conselho e do Sr. Presidente da República?

O livro parece que está apreendido, mas não está apreendido o autor!

V. Ex.ª quer mais liberdade ainda, sr. deputado?

— Miller Guerra: Sr. Casal Ribeiro, tenho pena do momento ser de prestar homenagem a um deputado meu amigo...

— Casal Ribeiro: — Pois eu também!

— Miller Guerra: Pois eu de-seja responder a V. Ex.ª. Digo apenas duas palavras: em primeiro lugar, V. Ex.ª insinuou que eu estava aproveitando uma circunstância solene...

— Casal Ribeiro: — Desculpe sr. deputado, não insinuei, afirmo!

— Miller Guerra: Afirmou?

— Casal Ribeiro: — Afirmo!

Afirmo! — Miller Guerra: Afirmou! Ainda pior! Pois afirmou que eu estava servindo-me da circunstância de estar prestando home-

nagem a um amigo e um deputado, que foi um servidor da Nação, como V. Ex.ª disse, para dizer, não sei o quê... enfim... que V. Ex.ª entende não estar certo.

— Casal Ribeiro: — V. Ex.ª não sabe o que estava a dizer, mas eu sei, sr. deputado!

— Miller Guerra: Não é isso! Não é isso sr. deputado! Sei o que digo!

— Miller Guerra: Dá-me licença? Se vamos nesse tom, então respondo!

— Casal Ribeiro: — E uma ameaça, sr. deputado? E uma ameaça?

— Miller Guerra: E, é!

— Casal Ribeiro: — O sr. não me ameace, que eu não tenho medo! Nunca tive medo nenhum de ameaças!

— Miller Guerra: Ora então fale já, sr. Casal Ribeiro. O Sr. falou em liberdade, não foi?

— Casal Ribeiro: — Pois foi!

— Miller Guerra: E lamentou que um livro chamado «Dinossauros» tenha circulado, não é verdade?

— Casal Ribeiro: — E, é!

— Miller Guerra: Eu, por mim, tomara que houvesse muitos «Dinossauros» e muitos livros, que circulassem livremente, que o espírito português não estivesse

se amordaçado, como tem sido há tanto tempo com uma censura que tem, inclusivamente apreendido livros de deputados!

— Casal Ribeiro: — E mesmo quando se insulta a memória dum pessoa que serviu a Nação? V. Ex.ª acha bem?

— Miller Guerra: Sim, senhor. Em segundo lugar, V. Ex.ª diz que há muita liberdade.

— Casal Ribeiro: — Eu não disse que havia muita liberdade. — Miller Guerra: Não? Bom! Então há pouca.

— Casal Ribeiro: — Disse que havia a suficiente para estas publicações.

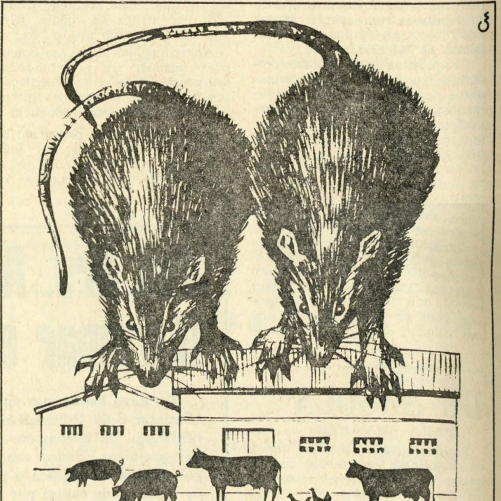
— Miller Guerra: Então, se há pouca, estamos de acordo.

— Casal Ribeiro: — Não me parece que haja assim tão pouca, mas não haverá possivelmente tanta quanto V. Ex.ª queria.

— Miller Guerra: E verdade. E também não há tão pouca como V. Ex.ª desejava.

— Casal Ribeiro: — V. Ex.ª ainda se há-de arrepender, tanto como eu das liberdades que por aí andam.

— Miller Guerra: Bem, sr. deputado Casal Ribeiro, noutra ocasião, quando V. Ex.ª falar, teremos ensejo de prolongar este diálogo tão agradável.



Matar ratos já não é problema

Racumin é decisivo

Racumin é um raticida descoberto pela Bayer caracterizado por ser especialmente radical no combate a todos os tipos de ratos e é praticamente inofensivo para pessoas e animais domésticos. O Racumin provoca a morte dos ratos sem lhes causar dor e portanto sem causar o mais pequeno alarme nos outros ratos. Racumin isco e Racumin pó são formulações de Racumin já prontas a ser usadas. Além da substância activa o Racumin isco inclui um isco que pelo seu sabor e consistência é extremamente apetecido pelos ratos. Para resultados decisivos basta que os ratos ingiram pequenas quantidades de Racumin isco, repetidas vezes. Racumin é rápido, eficaz, decisivo. Racumin é um produto Bayer.

